

25

Nelson Alfredo Salomão Neto
IBICT/UFRJ

ARQUIVOS DECOLONIAIS:

UM OLHAR PARA O ESTADO DA ARTE

DOI: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2024.11161.25>

Os arquivos do período colonial brasileiro constituem parte fundamental da história e são imprescindíveis para a memória e a identidade nacional. Por tamanha relevância, espera-se que o Estado brasileiro seja capaz de desenhar políticas arquivísticas que possam protegê-los, tratá-los, torná-los visíveis e acessíveis. O presente trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, a ser concluída em 2025 e que tem como um de seus objetivos recuperar o fio das ações, programas e políticas arquivísticas direcionadas ao patrimônio documental do período colonial brasileiro através de um olhar decolonial, ou seja, que tenha em seu horizonte a desconstrução do ideário das práticas eurocêntricas e etnocêntricas que permeiam os fazeres arquivísticos e os nossos desenhos políticos e institucionais. Para tanto, uma revisão bibliográfica do tema arquivos decoloniais tornou-se obrigatória, e os resultados encontrados serão dissecados neste artigo.

O termo colonialidade, conforme introduzido pelo peruano Anibal Quijano ao fim dos anos 1980, faz referência aos desdobramentos econômicos, políticos e sociais do colonialismo nas estruturas do mundo moderno. Na teoria de Quijano, a América Latina desempenha papel fundamental e decisivo na constituição da era Moderna, do sistema colonial mundial e do capitalismo emergente através das invasões, ocupações e relações de dominação iniciadas no final do século XV. É na América Latina também que se impõe e desenvolve de maneira mais profunda um padrão de poder que viria a fornecer para o sistema mercantil europeu condições de deslocar a Europa da periferia do mundo em direção ao centro, desbancando os grandes centros comerciais que viriam a ser chamados de Oriente como China, Índia, Egito, Síria.

Visando interpretar esse padrão de poder constituído, Quijano introduz o conceito de colonialidade (do poder), que seria a construção de um padrão universal das relações de trabalho e dominação social ancoradas na ideia de raça, uma categoria mental própria da modernidade.

A partir da ideia de raça, materializa-se a dominação física do outro, sua inferiorização, a hierarquização de saberes e a negação de seus valores, culturas e tradições que terminarão por distribuir à população mundial seus lugares e papéis na nova estrutura de poder global vigente.

Na colonialidade do poder manifestam-se a dominação econômica e as estruturas do mundo moderno que mantêm as relações de exploração desenhadas no período colonial e neocolonial. Na colonialidade do saber manifesta-se a dominação epistemológica que consiste na hierarquização dos saberes, que privilegia a perspectiva civilizatória eurocêntrica e que resulta na subjugação, na negação e no apagamento de outras formas de conhecimento.

Decolonização, por sua vez, é o conceito utilizado por Quijano e outros teóricos do Grupo Modernidade/Colonialidade para romper com as ideias edificadas em cima da universalidade, da lógica moderna e colonial. Adotar uma perspectiva decolonial significa não perder de vista os efeitos permanentes do passado colonial e sobretudo do eurocentrismo, do patriarcalismo, do racismo no nosso modo de pensar, na nossa identidade, na forma de fazer ciência, de construir nossa memória e até mesmo nas tentativas de escapar destas matrizes.

Passada a independência formal no Brasil, ainda reconhecemos estas marcas em diversos aspectos da sociedade: no vocabulário, na culinária, na cultura, na religião, nas características físicas do povo brasileiro, na economia, na distribuição (ou concentração) de renda e fundiária, na arquitetura, nos títulos e privilégios. Com menor facilidade, entretanto, reconhecemos a herança colonial manifesta na hierarquização dos saberes, na naturalização das opressões de gênero e raça e na mentalidade eurocêntrica que por diversos meios influenciam hoje em nossas escolhas políticas. Também por ela passa a construção da nossa memória e a forma como interpretamos e contamos a nossa História.

Nessa seara, os arquivos oficiais e não-oficiais, patrimonializados ou não, organizados ou acumulados, dispersos ou reunidos, acessíveis ou inacessíveis, são parte fundamental na construção e sustentação de narrativas contra-hegemônicas, que buscam de forma intencional e sistemática reverter o processo de silenciamento imposto às vítimas da colonização.

Isto posto, falar de decolonialidade na academia brasileira não é novidade. Na realidade, o tema se disseminou com enorme velocidade nos últimos anos e de forma a atingir quase todas as áreas do conhecimento, alcançando até mesmo as chamadas ciências duras. Não é raro encontrar artigos que postulam uma abordagem decolonial para Física, Química, Biologia e mesmo Matemática. Entretanto, é inegável que foi nas ciências humanas e sociais aplicadas que o tema encontrou solo fértil e adquiriu múltiplas facetas. De tal forma que poderia-se até argumentar que a presente pesquisa sinaliza mais uma adesão em direção a um modismo acadêmico não fosse um detalhe: a Arquivologia brasileira, até então, passa incólume às discussões decoloniais. E mesmo se deslocarmos o olhar para o âmbito mundial, a produção existente é relativamente recente. Por várias razões, que caberiam em outra investigação, não estão postas na área as contradições evidentes entre o reconhecimento dos arquivos como elementos fundamentais na construção de memória e identidade dos povos e o caráter excessivamente técnico da formação e atuação dos profissionais e instituições que ainda hesitam em adotar uma conduta proativa em direção à decolonialidade.

EPISTEME PERIFÉRICA, PUBLICAÇÕES CENTRALIZADAS: O QUE DIZEM AS BASES DE DADOS

Como parte fundamental deste trabalho, perseguiu-se um panorama sobre o que seria o estado da arte de uma abordagem decolonial em arquivos, utilizando-se de buscas em bases de periódicos e submetendo-as a um filtro de duas etapas. As bases utilizadas foram a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA). As pesquisas foram feitas em português, espanhol, inglês e francês, com base em combinações entre os termos “arquivo”, “colonial”, “decolonial”, “descolonial” e “pós-colonial”, considerando também suas flexões plurais.

Uma vez coletados os resultados junto às ferramentas, uma segunda filtragem se iniciou de forma manual em cada publicação, analisando o conteúdo das mesmas de maneira a separar os trabalhos que de fato atenderam aos requisitos desejados dos que passaram no primeiro filtro, mas não interessavam à pesquisa. Essa segunda filtragem mostrou-se fundamental na medida em que o termo “arquivo” e suas flexões podem aparecer em diversos contextos em que os mesmos não são o objeto de uma pesquisa, mas a fonte primária de consulta. Da mesma forma, “decolonial”, “descolonial” e suas flexões podem direcionar para inúmeras abordagens que apenas situam eventos posteriores à passagem histórica da independência e não tem relação direta nem fazem menção aos estudos decoloniais. Nessa etapa também foram eliminadas as duplicidades e redundâncias.

No total, foram 186 resultados combinando as quatro bases, dos quais 53 foram selecionados para análise. Entre as bases, a BRAPCI foi a que mais retornou resultados nas buscas, totalizando 69 artigos, e ao mesmo tempo a que menos teve artigos selecionados após a filtragem manual (nenhum). A SciELO teve 59 resultados, dos quais oito foram selecionados para análise. CAPES e LISTA por sua vez tiveram resultados semelhantes, com cerca de $\frac{2}{3}$ dos artigos permanecendo após a segunda filtragem (22 de 31 e 20 de 30, respectivamente).

Em uma análise quantitativa preliminar, foram mapeados os autores e suas universidades afiliadas, bem como os periódicos que publicaram os estudos, de forma a ser possível compreender quais países estão na vanguarda dos estudos sobre arquivos em abordagem decolonial. E por mais que se possa intuir o contrário, afinal a abordagem é em essência sul-americana, a produção acadêmica do tema é liderada por universidades dos Estados Unidos, Reino Unido, Portugal e Países Baixos. Da mesma forma, as editoras e revistas que publicam os estudos pertencem em sua maioria aos mesmos países.

Alguns fatores surgem como possíveis explicações: em primeiro lugar, a produção científica de maneira geral é liderada pelos países centrais do capitalismo, estando entre eles muitos ex-colonizadores e neocolonizadores. Países desenvolvidos, com maiores investimentos em ciência, tecnologia e educação tendem a estar na vanguarda e a pressionar as fronteiras e os avanços científicos. Notáveis exceções nos rankings de produção científica se fazem por parte da China e da Índia, que para além do investimento são beneficiadas também por seus enormes contingentes populacionais.

Outro ponto que vale importante destaque: grande parte das universidades de elite dos países desenvolvidos possuem departamentos inteiros voltados para estudos latino-americanos, onde muitas vezes correntes como o pensamento decolonial encontram financiamento. O próprio Grupo Modernidade/Colonialidade tinha em sua

composição quase metade dos pesquisadores vinculados a universidades americanas, como o expoente argentino Walter Mignolo (Duke University). Por óbvio, estar vinculado a uma universidade não esgota as possibilidades de colaboração com outras universidades e países, onde os pesquisadores podem atuar inclusive como professores visitantes, mas é um dado a ser levado em consideração.

De volta aos números, também é possível afirmar que a abordagem decolonial em arquivos não está pautada de forma consistente no Brasil. Apenas um trabalho foi identificado com as características desejadas, por uma autora vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), que publicou artigo em uma revista portuguesa. É de Portugal essencialmente toda a produção lusófona encontrada. Dada a escassez de publicações na área dos arquivos no Brasil, cabe ao menos destacar os esforços empreendidos em áreas e disciplinas próximas como o dossiê “Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas” (2021), editado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Guardadas as diferenças de objeto e enfoque das áreas, o dossiê é um indicativo de que há uma aproximação em curso entre os estudos decoloniais da arena informacional e documental no Brasil.

Outra estatística que reforça este panorama brasileiro é a quantidade de grupos de pesquisa ativos dedicados ao tema, inscritos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. Consultando a base de dados em julho de 2023, constatamos que o tema (decolonialidade/decolonial) está presente, direta ou indiretamente, em 318 grupos de pesquisa. Destes, 48 estão

inscritos em Ciências Sociais Aplicadas.¹²¹ Dentro deste universo, nenhum grupo está vinculado à Arquivologia e apenas um à Ciência da Informação. O “Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação”, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, lista “decolonialidade do conhecimento” entre as palavras-chave de uma de suas linhas de pesquisa voltada à organização e representação do conhecimento.

No ambiente internacional, o debate já começa a se desenrolar com mais vigor, com uma crescente de publicações, sobretudo nos últimos cinco anos, que já abordam facetas específicas da colonialidade nos arquivos como a supremacia branca, o patriarcado, a heteronormatividade, a opressão dos povos autóctones e a subrepresentação. Destacam-se entre as publicações a iniciativa da *L’Internationale*, que organizou uma coletânea de artigos dedicados ao tema intitulada “*Decolonising Archives*” (2016); o livro “*Displaced Archives*” (2017) de James Lowry; e a revista *Archival Science*, que em sua edição nº 19 (2019) também dedicou um tópico para artigos relacionados ao tema.

Na esteira das publicações, livros, artigos e sobretudo coletâneas, que reúnem publicações de autores variados, nota-se uma ampla diversidade de tópicos abordados sob a ótica do que se entende por arquivos decoloniais. Longe de estreitar, as coletâneas ampliam e reforçam o quão rico é o universo dessas abordagens. No que tange à essa pluralidade de abordagens observada nos trabalhos selecionados, podemos agrupá-la em três grupos: representatividade, práxis e custódia.

121

Para entendimento do leitor, o CNPQ classifica hierarquicamente as áreas do conhecimento. No entendimento do órgão, a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação, junto à Biblioteconomia e à Teoria da Informação. Por sua vez, a Ciência da Informação está inscrita no campo das Ciências Sociais Aplicadas, junto à Administração, Direito, Comunicação e outras.

REPRESENTATIVIDADE, PRÁXIS, CUSTÓDIA: FOCOS DA ABORDAGEM DECOLONIAL

As abordagens focadas na representatividade têm como objetivo caracterizar a subrepresentação ou a marginalização de determinados grupos sociais nos arquivos, notadamente povos originários, colonizados, mulheres, LGBTQIA+ e negros. Naturalmente, o peso de cada grupo social e cada subrepresentação arquivística vai responder primariamente a uma conjuntura nacional. As questões indígenas, por exemplo, tendem a ser mais relevantes no Brasil do que na Alemanha, e mais na Bolívia que no Brasil. A opressão e subrepresentação dos negros, por sua vez, pode ter um peso até maior em um país central como os Estados Unidos que em um país da periferia do capitalismo.

São essas configurações que se manifestam repetidamente nas abordagens representativas analisadas nas bases de dados. Cada região e cada país tem lacunas históricas a serem sanadas que não se apresentam da mesma maneira em nenhum outro lugar. Os artigos analisados que trabalham sob esse foco, normalmente o fazem de forma individual, em estudo de caso específico. Na busca por alterar o cenário descrito, a abordagem representativa frequentemente concilia com outra abordagem, a de práxis arquivística.

As publicações com foco na práxis arquivística tendem a propor formas de intervenção decolonial nos arquivos, o que significa em primeira instância reconhecer que o arquivista, ao tempo em que exerce seu ofício, não o faz de forma exclusivamente técnica, isenta ou neutra. O faz a partir do contexto social em que inevitavelmente está inserido. Também nos direcionam à compreensão de que

as próprias instituições arquivísticas, como todas as instituições, são construções sociais e estão igualmente inseridas no mesmo contexto histórico e social de seu tempo. Como os arquivistas, estão igualmente sujeitas a reproduzir ideologias dominantes em suas diretrizes, estrutura, políticas, ações e mesmo em sua missão.

Estabelecer essas premissas são fundamentais uma vez que a abordagem decolonial nas ciências sociais exige do pesquisador o compromisso primário de explicitar as camadas ideológicas que afetam seu objeto de pesquisa, determinado(s) grupo(s) ou prática(s) social(is). Para além de desnudar tais camadas, é fundamental que se proponham soluções no sentido de neutralizá-las ou mesmo contrapô-las.

Em 1977, Howard Zinn já se debruçava sobre o dilema da neutralidade nos fazeres profissionais, incluindo também os arquivísticos. Através de Mannheim e Marx, nos lembra que o conhecimento tem uma origem e um uso social. Ao passo que reflete o viés de uma determinada ordem, não pode ser neutro nem em sua origem nem em seu efeito. Ao abordar os profissionais da era moderna, de maneira genérica, elucubra:

Haviam poucos profissionais antigamente. Agora estão por toda parte e com suas habilidades e conhecimentos poderiam ser uma ameaça ao *status quo*. Porém, sua vontade de desafiar a ordem vigente é constantemente enfraquecida por recompensas de dinheiro e posição. E eles estão tão divididos, tão preocupados com suas próprias especialidades, que passam a maior parte de seu tempo amaciando e reforçando seu elo na engrenagem da máquina social. Isso deixa muito pouco tempo ou energia para se preocupar se o sistema é feito para guerra ou paz, para justiça social ou para lucros individuais, para nos ajudar ou para nos envenenar (Zinn, 1977, p. 16, tradução nossa).

Para Zinn, determinados profissionais têm papel-chave no controle social, entre eles os ligados diretamente à disseminação de conhecimento na sociedade como professores, historiadores, cientistas políticos, jornalistas e também arquivistas.

Décadas mais tarde, o tema volta a ser revisitado através de Harris, Jimerson e outros. Uma falta de consciência do papel do arquivista sobre a construção da memória e, sobretudo, da percepção das instituições de arquivo não como depósitos de documentação, mas como reflexos da sociedade que os criou, acarreta uma negação do poder. Para Cook e Schwartz, o “poder reconhecido se torna um poder que pode ser questionado, responsabilizado e aberto ao diálogo transparente e à compreensão enriquecida” (2002, tradução nossa, p. 2).

Na esteira do reconhecimento e da apropriação do poder dos arquivos, florescem perspectivas e propostas que visam lançar luz às múltiplas facetas do colonialismo e do neocolonialismo na construção da memória coletiva e do engajamento em processos de luta no tempo presente. Como herança colonial, o arquivo possui severas lacunas de histórias, relatos e memórias dos povos e grupos sociais oprimidos, dos subalternos de Gayatri Spivak ou dos condenados da terra de Frantz Fanon. Ao passo que essas lacunas invisibilizam determinadas narrativas, constroem e reforçam outras, assim como estereótipos e eventos históricos.

Não basta, porém, decolonizar a teoria. Repensar as práticas e os fazeres arquivísticos são tão importantes quanto a teoria, ou até mais. É no seu cotidiano que o arquivista pode ajudar a construir uma nova perspectiva, se enxergando nesse processo. Diferentemente da teoria, a práxis ultrapassa a bolha profissional e impacta diretamente a comunidade. Nesse sentido, há formas colonizadoras e decolonizadoras de atuar. As formas colonizadoras são, como já explicitado, as práticas profissionais que reproduzem o *status quo* e o olhar moderno que naturaliza as opressões entre povos, raças,

classes e gêneros. Entre essas, existem as inconscientes e as conscientes. Às inconscientes podemos creditar tudo o que reproduz um discurso hegemônico na sociedade, mas não necessariamente intervem explicitamente de forma a manipular ou desacreditar narrativas contra-hegemônicas. Nessa toada, Caswell e Giddhar enfatizam:

Uma prática arquivística decolonial começa desse entendimento, que o colonialismo ocidental, o império e a raça são aspectos muito mais difundidos em nosso campo do que é usualmente considerado. De fato, estão intrinsecamente relacionados à todas as facetas de como pensamos, falamos e trabalhamos em nosso campo porque eles são características definidoras da modernidade em toda parte, incluindo em sua forma neoliberal de hoje (Caswell; Giddhar, 2019; p. 78, tradução nossa).

Na literatura da área, é a partir desse entendimento que funções arquivísticas consolidadas recebem novas matizes e variantes, muitas delas já em prática em instituições arquivísticas como a descrição reparativa, que em uma perspectiva de intervenção decolonial suplanta a descrição tradicional.

Por fim, a abordagem de custódia dedica-se aos problemas e contenciosos arquivísticos resultantes dos processos de independência das colônias. Documentos e arquivos produzidos em territórios-colônia possuem inúmeras peculiaridades e aspectos que merecem atenção e análise, mas de maneira geral podemos afirmar que refletem duas faces distintas. Para os antigos colonizadores, a administração das colônias representa uma parte importante das políticas estatais e das burocracias gerenciais/institucionais que traçaram os caminhos das metrópoles. Por outro lado, os mesmos conjuntos documentais refletem a história e a identidade dos povos coloniais, uma vez que as decisões metropolitanas tinham impacto imediato sobre seus modos de vida. Assim, são elementos fundamentais de sua memória e imprescindíveis nos processos de construção de sua identidade.

Via de regra, por terem seu valor histórico reconhecido e pela dinâmica de poder que se apresentava à época, esses conjuntos documentais foram levados das colônias durante e após as lutas de emancipação, deixando territórios da América Latina, Ásia e África e atravessando o globo rumo à Europa. Uma vez em territórios metropolitanos, muitas vezes localizados a enormes distâncias, os documentos tornaram-se inacessíveis para a maior parte da população.

Para abordar, por exemplo, os conjuntos de documentos retirados de seu contexto original e cujos direitos de propriedade estejam sob disputa, Lowry propôs recentemente o conceito de arquivos deslocados. O conceito, associado a outros trazidos de diversas áreas como empatia radical, permite compreender esses conjuntos para além de aspectos estritamente jurídicos ou geopolíticos, de forma que sejam colocados na balança também os impactos associados aos indivíduos e comunidades representados nos documentos (Lowry, 2019, p. 185).

Territórios-colônia, antigos e atuais, com frequência se vêem alijados de sua própria história, com dificuldades ou mesmo sem acesso a documentos produzidos ao longo da administração metropolitana. A questão é discutida por Bastian (2002) e mais tarde por Agostinho (2019) a partir do exemplo das Ilhas Virgens Americanas (IVA). Suas três ilhas principais (São Tomás, São João e Santa Cruz) foram ocupadas pela Companhia Dinamarquesa das Índias Ocidentais ao longo dos séculos XVII e XVIII, tendo se tornado colônias reais da Dinamarca em 1754.

Outro caso conhecido diz respeito à responsabilização do Império Britânico quanto aos abusos e torturas cometidos à época da rebelião dos Mau-mau e suas lutas de libertação no Quênia. Ao menos 100 metros lineares de documentos sensíveis, comprobatórios das acusações, foram saqueados pelo império no processo de independência da colônia. Ao levar o caso à Suprema Corte, em Londres, descobriu-se que além do Quênia, ao menos outras 37 antigas

colônias britânicas possuíam documentos mantidos ilegalmente nos depósitos da *Foreign and Commonwealth Office*, desconhecidos inclusive pelo *Public Records Office* e fora do alcance da lei de acesso à informação britânica (Anderson, 2011, p. 712).

Engana-se, porém, quem assume o colonialismo como uma chaga antiga para todos os povos. Um terceiro episódio, relatado pela pesquisadora de história visual Rona Sela, nos ajuda a compreender que o colonialismo ainda se mantém como realidade no século XXI para milhões de pessoas. Em seu artigo e também filme-documentário "*Looted & hidden - Palestinian Archives in Israel*" (2017), Rona trabalha os arquivos de pessoas e organizações palestinas apossados pelo exército israelense ao longo do século XX. Entre arquivos pessoais e organizacionais, filmes e fotografias, colecionados ou orgânicos, nos são apresentados múltiplos obstáculos ao acesso dos mesmos e a construção de narrativas que se oponham às oficiais.

Os exemplos acima nos possibilitam uma rica análise dos arquivos coloniais. Em primeiro lugar, percebe-se a importância dos documentos e registros para a administração e controle imperial sobre seus territórios de ocupação e influência. Em segundo lugar, evidencia também nos arquivos a natureza desigual das relações entre colônias/neo-colônias/países dependentes e seus colonizadores. Por mais de uma vez, a expropriação de documentos foi justificada com uma alegada incapacidade da colônia em preservá-los.

Pouco importa nesse caso que haja responsabilidade direta dos colonizadores nas condições de preservação atuais encontradas. Pouco importa também que os habitantes das IVA, no primeiro exemplo, tenham perdido o acesso a documentos que constroem sua história e suas memórias, distantes que estão de Washington e Copenhagen. A abordagem paternalista, racista, que ignora as marcas da colonização e enxerga o sujeito colonial como incapaz, permite a expansão do controle imperial sobre documentos históricos. Em regiões ainda militarmente ocupadas, a desigualdade se materializa no uso da força e da violência.

Para casos similares, Bastian (2002) advoga por uma teoria pós-custodial que leve em consideração não apenas os produtores dos documentos mas também os sujeitos a quem os documentos se referem. Para Bastian, “custódia apenas serve a um propósito de arquivo a longo prazo se ela acomodar as pessoas e os eventos a quem os registros também se relacionam, assim como a memória coletiva que os registros promovem” (p. 91, tradução nossa). Para este fim, ao invés de apostar apenas no controle físico dos documentos diante de todas as possibilidades atuais de disseminação, a autora valoriza o acesso enquanto responsabilidade primária dos custodiadores. Ou seja, uma vez que os custodiadores estejam de posse da documentação, é primordial que eles ofereçam acesso aos sujeitos e comunidades representados nos documentos, independentemente da distância física.

Lowry (2019), por sua vez, aciona uma gama de novos conceitos para realizar essa abordagem como empatia radical, arquivos imaginados e direciona seus esforços para a atuação profissional e defende que os arquivistas se engajem enquanto comunidade nas questões práticas que envolvam arquivos deslocados, exercendo pressão e visando em última análise a repatriação dos mesmos. Para o que o autor chamou de *realpolitik* dos arquivos deslocados, apesar de todas as implicações advindas, um dos meios mais reconhecidamente eficazes seria usar os arquivos como moeda de barganha em acordos binacionais, como o caso dos arquivos reais sul-coreanos que foram devolvidos pela França.

Essa realidade já é explicitamente problematizada e reconhecida em organismos internacionais desde os anos setenta. Na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada entre 17 de outubro e 23 de novembro de 1974, fez-se registrar a seguinte resolução:

Bearing in mind that a great number of Member States of Unesco have been in the past for longer or shorter duration under foreign domination, administration and occupation,

Considering that archives constituted within the territory of these States, have, as a result, been removed from that territory, Mindful of the fact that the archives in question are of great importance for the general, cultural, political and economic history of the countries which were under foreign occupation, administration and domination,

Recalling recommendation 13 of the Intergovernmental Conference on the Planning of National Documentation, Library and Archives Infrastructures, held in September 1974, and desirous of extending its scope,

1. Invites the Member States of Unesco to give favourable consideration to the possibility to transferring documents from archives constituted within the territory of other countries or relating to their history, within the framework of bilateral agreements;

2. Recommends that, in consultation with the appropriate non-governmental organizations, the Director-General envisage the possibility of a detailed study of such transfers and that he inform the nineteenth session of the General Conference thereof (UNESCO, 1975, p. 68).

Com isso, abria as portas para pedidos de restituição e negociação entre antigas metrópoles e suas colônias. Pedidos esses que só foram ganhar corpo décadas depois, e que vislumbravam uma gama de bens não só documentais e arquivísticos, mas culturais, objetos museológicos e itens que foram pilhados e inseridos em novo contexto, por vezes integrando “gabinetes de curiosidades” imperiais e museus nacionais europeus.

Ao longo desses anos, muitos elementos reforçaram que o processo de negociação entre uma parte europeia e uma ex-colônia é árduo, desbalanceado e carrega os traços coloniais ora implicitamente, ora explicitamente. Entre o dito e o não dito, podemos imaginar o contexto em que as negociações são conduzidas.

Todos os exemplos e pontos levantados na revisão bibliográfica dão conta de nos sinalizar em que contexto se dão as negociações entre antigas metrópoles com suas antigas colônias. Muito além de questões técnicas, as negociações envolvem política, diplomacia, interesses estratégicos, econômicos e operam em um terreno onde as alavancas de negociação operam quase todas do lado colonizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etapa de revisão bibliográfica da pesquisa trouxe grande sustentação para o futuro da pesquisa desenvolvida, apresentou gargalos que a produção científica do tema ainda precisa verticalizar e confirmou ao menos uma hipótese: a Arquivologia brasileira ainda não se apropriou dos estudos decoloniais de forma sistemática.

Ao observar as abordagens internacionais centradas em sua maioria em representatividade, práxis e custódia, desnuda-se uma evidente pertinência do tema para a comunidade arquivística brasileira. O país possui enormes lacunas representativas com negros, povos originários, mulheres e LGBTQIA+. Também foi submetido a um longo e doloroso processo colonizatório, com impactos sobre seus patrimônios culturais e arquivísticos, o que justificaria também uma atenção maior às produções científicas decoloniais de caráter custodial. Por fim, possui extensa capilaridade de instituições aptas a executarem políticas públicas decoloniais, apoiadas também pelos diversos cursos de formação em Arquivologia espalhados pelo país.

Na etapa subsequente da pesquisa em desenvolvimento, serão analisadas as políticas voltadas aos arquivos coloniais brasileiros, tendo como direcionamento o referencial teórico construído a partir dos estudos analisados e aqui sistematizados.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, D. Archival encounters: rethinking access and care in digital colonial archives. **Archival Science**, 19, 2019, p. 141-165.
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BASTIAN, J. Taking Custody, Giving Access: A Postcustodial Role for A New Century. **Archivaria**, 53, 2002, p. 77-93.
- BASU, P.; DE JONG, F. Utopian archives, decolonial affordances Introduction to special issue. **Social Anthropology**, 24, 2016, p. 5-19.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. Oxford University Press, 2016.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- GHADDAR, J.; CASWELL, M. "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. **Archival Science**, v. 19 (2), 2019.
- JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. 1, p.2-22, jan./abr.2009.
- LOWRY, J. Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: How to break out of international stalemates on displaced archives. **Archival Science**, 19, 2019, p. 185-203.
- MIGNOLO, W. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. London: Duke University Press, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder. Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RENDÓN ROJAS, M. A. **Cuestiones epistemológicas de la Ciencia bibliotecológica y de la información**. **Informare**, v.5, n. 2, p. 31-37, jul./dez.1999.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Colombia: Ed. Universidad del Cauca, Popayán, 2012.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, Terry. **Archives, records and power: the making of modern memory**. *Archival Science*, n. 2, p. 1-19, 2002.

SOUZA, C. **"Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa"**, Caderno CRH39: 11-24. 2003

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

UNESCO. **Records of the General Conference**, 18th session, Paris, 17 October to 23 November 1974, v. 1: Resolutions, 1975.

ZINN, H. The Secrecy, Archives, and the Public Interest. *The Midwestern Archivist*: 2 (2), 1977, p. 14-26.